

Aporias políticas e psicológicas dos estudos literários latino-americanos.

Para uma leitura do livro *Literatura comparada na América Latina*, de Eduardo Coutinho

Eduardo Guerreiro Brito Losso

Liberações e opressões do cânone

O novo livro de Eduardo Coutinho, sem dúvida um dos maiores pesquisadores da literatura comparada atual, oferece-nos um panorama preciso, condensado e crítico da literatura comparada latino-americana. A especificidade local dos ensaios não diminui sua importância para a teoria da literatura comparada como um todo; ao contrário, todas as reflexões apresentadas conduzem a um diálogo, em pé de igualdade, entre a produção teórica da América Latina e a dos grandes centros intelectuais do mundo*. Nesse sentido, o grande esforço que fundamenta os ensaios, ainda que tenha sua história de impasses, conquistas e dificuldades, ganha novas dimensões. Nutrido por uma inserção atenta e atualizada nos recentes debates dos estudos pós-coloniais, além de já ter uma variedade de trabalhos específicos sobre a literatura brasileira, Coutinho é um dos teóricos brasileiros mais aptos para avaliar não só as contribuições positivas que tais estudos podem oferecer à literatura latino-americana, como também o que a literatura latino-americana pode oferecer a esses estudos. Por isso mesmo, a relação entre as novas teorias e discussões com o objeto literário é uma de suas preocupações mais constantes.

Na breve historicização do papel da literatura comparada* ou das teorias literárias no contexto latino-americano*, expõe-se a homogeneização universalizante da teoria feita ao longo dos séculos XIX e XX. Seu ápice se encontra no estruturalismo francês dos anos 1960, com sua predileção por modelos sincrônicos e pela aplicação indiscriminada da pura análise textual. O estruturalismo francês de fato introduziu um momento

* (Coutinho, Eduardo. *Literatura comparada na América Latina. Ensaios*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003: 41)

* (ibid.: 11-30)

* (: 113-22)

(: 116)

equivocado e pouco inventivo de assimilação da mitificada aura de autoridade das teorias européias, pois passou ao largo das especificidades contextuais e históricas do objeto literário. Além disso, incorria-se repetidamente na consideração da literatura e da teoria européias como o grande referencial canônico. Em seguida, com o pós-estruturalismo, a desconstrução, a nova história e os estudos culturais*, houve um momento de eferescência nos debates, que passaram a levantar os problemas do etnocentrismo das teorias e questionar, de modo radical, os próprios pressupostos da história literária no Brasil, insistentemente baseada em um projeto nacionalista.

Por mais profícuos que tenham sido tais questionamentos, esse tipo de abordagem foi alvo, recentemente, de várias críticas e de debates nas universidades brasileiras. Gostaria de contribuir, nos limites deste artigo, para a discussão. Em casos como este, corre-se freqüentemente o risco da falta de qualidade da discussão. Por mais competentes que sejam os envolvidos, é comum a dinâmica do debate degenerar em meras oposições estanques. Se pensarmos nessa dificuldade, Coutinho sabe, como poucos, atentar para as críticas feitas a esses estudos e permanecer disposto à dialética. Por isso mesmo, lança argumentos que precisam ser conhecidos pela crítica brasileira aos estudos culturais¹. Essa qualidade está presente, por exemplo, na exatidão da formulação desta questão:

(: 36).

Como construir-se cânones, seja na esfera nacional, seja na internacional, que contemplem as diferenças clamadas por cada grupo ou nação [...] e como atribuir a essas novas construções um caráter suficientemente flexível que lhes permita constantes reformulações, são perguntas que se levantam hoje a respeito de terreno tão movediço*.

Não se trata de destruir o cânone, nem de relativizá-lo inteiramente, mas sim de pôr em questão seu modo de funcionamento, para que ele se torne menos excludente, como inegavelmente tem ocorrido nos diferentes momentos históricos e

¹ “No entanto, apesar do questionamento empreendido sobre noções como as de ‘nação’, ‘literatura nacional’ [...], que modificaram significativamente os estudos literários e culturais na América Latina, as teses em questão não podem ser simplesmente aceitas sem problematização” (Coutinho, Eduardo. *Literatura comparada na América Latina*. Ob. cit.: 53). “As teorias multiculturalistas oriundas da esfera norte-americana, a despeito da contribuição que prestaram [...], devem passar por um filtro crítico que faça jus às diferenças históricas entre os dois contextos” (: 54).

contextos que o autor seleciona pelas mais diversas razões. Não se trata tampouco de inverter a dominação européia e continuar, paradoxalmente, a tomar como referência os mesmos critérios europeus, que, em geral, estão mais fixados que o brasileiro em diferenças de etnia ou raça. Para Coutinho, todas as enormes dificuldades da “desierarquização dos elementos envolvidos no processo da comparação”¹ são um fator enriquecedor.

¹ (: 36)

Naturalmente, essa não é uma tarefa fácil, e talvez seja a mais difícil de ser enfrentada por qualquer cultura: inventar ao assimilar, absorver criativamente. Mais que uma relação entre escritor velho e jovem, relação em que esse problema está sempre presente, trata-se da relação entre sociedades, de divisões tanto sociopolíticas quanto culturais, carregadas às vezes – confessemos – por artistas e teóricos latino-americanos como um pesado fardo. Ela depende de pioneirismos e ousadias esforçados e intensos ao longo da história da intelectualidade latino-americana, seguidos de retomadas críticas e diálogos com a produção do “primeiro mundo”, procurando desenvolver *lenta e urgentemente* sua maturação ou, para usar uma palavra bem iluminista e kantiana, *maioridade*. Essa estranha simultaneidade de diferentes velocidades do processo de maioridade, encontrada nos chamados “países em desenvolvimento”, dimensiona a dificuldade da tarefa, pois tal processamento vago, que sempre carrega uma promessa, talvez mesmo um ideal (sempre no sentido kantiano), e que permanentemente se martiriza, se culpa ou se julga diante de um futuro redentor, porém inacessível, impraticável, apresenta o espetáculo trágico, político e psicológico da nossa ainda não suficientemente duvidada, nem superada “inferioridade”.

O peso dessa dificuldade, contudo, não está totalmente presente no texto de Coutinho, que olha para frente com grande otimismo, porém nada ingênuo. Isso se dá com consciência da crítica à própria noção de criatividade, tal como introduzida pelo cânone ocidental e herdada na contraposição do cânone das nacionalidades latino-americanas. As novas formas de historiar a literatura latino-americana servem-se de um olhar que não privilegia o conceito uniforme de uma superioridade do estético, de uma absolutização do estético. Procura-se perceber a pluralidade de recortes do corpus literário, que mapeia a variedade de critérios de seleção, classificação e temporalização da produção do continente. Tais estudos são bastante profícuos até para, justamente, entender melhor a formação histórica e

* (Pizarro, Ana (org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo: UNICAMP, 1993: 25-7).

institucional das noções de cânone, qualidade e representatividade estética*.

Há uma leitura da formação da identidade cultural latino-americana, de seus erros e acertos iniciais, para chegar às recentes perspectivas abertas pelos estudos pós-coloniais. A atenção de sua abordagem não deixa, em momento algum, de estar voltada para detectar “uma consciência crescente da necessidade de desenvolver um discurso próprio, que dê conta dos problemas específicos do continente”*. Aí, as maiores conquistas envolvem “[...] uma capacidade de combinação e estilização deformadoras dos modelos originários, que poderiam ser tidas como constituidoras do ‘modo de ser’ latino-americano”*.

* (Coutinho, Eduardo F. *Literatura comparada na América Latina*. Ob. cit.: 45)

* (: 49).

A capacidade de desviar-se da norma com ludismo, sem dúvida estranho ao caráter europeu, corre o risco, no entanto, de mitificar a mestiçagem e a criatividade nos planos social e artístico, bem como de obscurecer as permanentes desigualdades sociais e certos entraves culturais na produção artística e intelectual. Mas Coutinho não se descuida: essas características, se tentarem, por acaso, totalizar a cultura latino-americana, não nos devem fazer “esquecer sua própria condição de marginalização”*.

* (: 50).

Assombrações do valor literário

Um dos bons remédios para isso pode ser lido na seguinte proposta:

[...] efetua-se um corte radical no cânone construído pelas classes dominantes da sociedade que internalizam o olhar do colonizador, e a literatura latino-americana passa a incluir a produção de diversas “nações” [em contraposição ao projeto de formação de identidade literária de uma “nação”] que integram cada país do continente, desde a própria nação burguesa, oficial, que profere o discurso do poder, passando pela popular, camponesa, operária, até as nações étnicas, de perfil mais ou menos nítido conforme o momento e o local. [...] desse modo, desmascara-se, entre outras coisas, o domínio exercido pela palavra escrita sobre a produção cultural do continente, e as formas literárias eleitas pelo discurso oficial passam a conviver com vozes alternativas que haviam sido silenciadas durante séculos de exploração e dominação.*

* (: 52)

Não é possível negar a força de abertura e a mudança de perspectiva que essa proposta provoca, mas também não se deve esquecer um problema em que os estudos culturais frequentemente incorrem: ao entender alta literatura como a

produção *da* ou *para* a elite, esquecem, na maioria das vezes, que, justamente no contexto latino-americano, a dita “alta cultura” é muito desprezada econômica e socialmente, e pouquíssimo e cada vez menos estimulada. Tanto Coutinho quanto Ana Pizarro não deixam de prestar atenção ao fato de que todo o modernismo proporcionou a “tendência à autonomia do literário”, introduzindo “uma clara divisão do trabalho entre o discurso do letrado e do homem político”^{*}.

^{*} (Pizarro, Ana (org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura*. Ob. cit.: 28).

Mesmo assim, o maior problema continua sendo o fato de não se levar em conta a clara oposição social e existencial entre a elite literária estética e a maioria das manifestações banalizantes da cultura de massa, que Adorno, ainda não superado nesse ponto, analisou como indústria cultural. Se na cultura de massa há traços emancipatórios que Adorno não estava preparado para reconhecer – por exemplo, na música pop e na literatura de ficção científica –, os quais devem ser mais um elemento de questionamento da monumentalização do cânone, o mercado apresenta sobretudo produtos feitos apenas para uma facilitação do trabalho de fruição, empobrecendo a experiência artística e estimulando a fixação de valores dominantes, preconceitos e manipulações ideológicas. Nesse sentido, Adorno estava certo ao valorizar a arte moderna – precisaríamos acrescentar aqui a pós-moderna e os melhores frutos da ficção científica e de outras “para-literaturas” – como um pólo antagônico ao empobrecimento da indústria cultural, mesmo que ela se sirva criativamente de seus traços sgnicos. Se há esse antagonismo propriamente estético, que se torna *ético enquanto estético*, então a questão do valor é inevitável. Ela retorna como uma tarefa ligada mais à crítica que à história literária. Embora a idéia de um processo teórico de valoração seja muito problemática e plena de dificuldades, isso não diminui sua imperiosa necessidade.

A questão do valor, portanto, é o problema mais difícil para a crítica estética atual^{2*}. Independentemente do fato de esse problema não ter solução imediata, seja por meio de categorias ou métodos, seja por relativismos exagerados que pretendam fingir ignorar o inevitável processo de seleção cultural, devemos evitar considerá-lo o troféu de uma análise crítica no momento

^{*} (Menke, Christoph. *The sovereignty of art. Aesthetic negativity in Adorno and Derrida*. London: The MIT Press, 1998: 128-43)²

² Nesse capítulo, o autor discute detalhadamente a relação entre a experiência estética e o juízo estético em Adorno, apresentando objeções de outros pesquisadores aos estudos de estética filosófica alemã.

* (Adorno, Theodor W. *Filosofia da nova música*. São Paulo: Perspectiva, 1989: 30-1).

em que esta se posiciona com clareza acerca do valor da obra^{3*}. Ao mesmo tempo, não devemos ignorá-lo. O valor pode não ser mais o objetivo de uma crítica, mas continua sendo um pressuposto de direcionamento da análise.

Adorno, como representante de uma crítica valorativa, não temeu as mais infelizes avaliações, pois estava implicitamente seguro de que sua sólida formação e ascese crítica lhe forneceriam os critérios de interpretação e julgamento. Hoje, ao contrário, a análise teórica tende a arriscar o mínimo possível mas avaliações, mas não raro perde o vigor crítico. Os estudos culturais, extremamente críticos a respeito dos pressupostos e do processo de constituição dos cânones – movimento, para mim, necessário e incontornável –, correm o perigo de se tornarem excessivamente tolerantes para qualquer obra que confunda alta e baixa cultura, ou que contenha problemáticas de raça e gênero. Não é esse o caso de Coutinho, que provou ser crítico aos perigos do uso de teorias elaboradas em outros contextos. A respeito desse aspecto de tais estudos, Adorno e o pensamento da estética marxista em geral seriam claros opositores. A difícil tarefa, portanto, é manter o vigor crítico onde a categoria de indústria cultural e o pessimismo crítico possuem razão de ser, bem como repensar as novas formas de inventividade cultural onde o próprio julgamento adorniano foi vítima da falta de autocrítica.

Hoje, tal tarefa, sem dúvida, é muito difícil porque o questionamento sobre o valor da obra de arte, ligado à sua relação com o mercado, o conformismo social, o mundo administrado e a indústria cultural e suas infinitas formas de apropriação de procedimentos críticos, encontra-se menos preparado para seus próprios horizontes conceituais do que no tempo de Adorno. A crítica setORIZADA dos tipos de arte contemporânea geralmente questiona e reflete pouco sobre suas consagrações e canonizações, ocupando-se sobretudo da luta interna entre pares para definir o que será e não será admitido. No outro extremo, teorizações como os estudos culturais, que questionam

³ No fim da introdução, Adorno advoga a crítica imanente como o melhor caminho para a situação em que “a crítica se vê limitada à tarefa de decidir sobre o valor e falta de valor das obras”. Trata-se aqui de uma proposição extremamente lúcida do caráter transcendente da crítica imanente, efetuada por meio da seleção para a análise de dois extremos *ideais* da música contemporânea: “A idéia das obras e de sua conexão deve ser construída filosoficamente, ainda que à custa de fazê-lo às vezes mais além do que se realiza na obra de arte”.

a canonização em si, muitas vezes preferem não participar da discussão sobre o valor por considerá-la, em si, problemática. O fato, contudo, é que o processo de consagração e canonização continuará em vigor e não mudará em nada diante de uma espécie de desleixo perceptível no momento de analisar e intervir em sua própria máquina. Um questionamento demasiadamente cético e pretensamente distanciado do processo de canonização não diminui em nada o oportunismo ou a tendenciosidade de certas escolhas, tornando-se, portanto, muito cômodo⁴.

Pobre elite literária

Sabe-se que mesmo os maiores poetas vivos no Brasil, no cume de seus sessenta a oitenta anos de idade, e quarenta a cinquenta anos de carreira, não ganham dinheiro com poesia, só gastam. Sua fama é pouca e limitada aos próprios aspirantes a poetas dentro de “formações culturais especializadas”, objetivadas em revistas⁵. Depois de Carlos Drummond de Andrade e João Cabral de Melo Neto, é praticamente impossível encontrar um poeta “popularizável” de qualidade semelhante, ou seja, que satisfaça os moveidos critérios de canonização, muito relativos, mas importantes de serem mantidos até certa medida. No

⁴ Essa problemática sempre acompanha as críticas mais lúcidas de Bhabha ao pós-estruturalismo, que, segundo ele, foraclui o outro no próprio ato de essencializá-lo. (Bhabha, Homi. *The location of culture*. London: Routledge, 1994: 20-1, 31). Tal crítica também é valiosa no estudo dos sintomas de Adorno. Para uma discussão entre pós-estruturalismo e teoria pós-colonial, ver *Postcolonial theory. Contexts, practices, politics*, de Bart Moore-Gilbert (London: Verso, 2000: 161-4). O ataque ao cânone, todavia, não pode prescindir do problema do valor. Ele deve servir, isso sim, à radicalidade de sua simultânea necessidade e relatividade cultural (: 157-8). A teoria pós-colonial não se ocupa da premência de um questionamento introduzido por ela. Seu risco, portanto, é desqualificar o problema da qualidade e, exatamente por isso, afastar-se das discussões sobre estética.

⁵ A expressão, retirada de Raymond Williams, serve a Maria Lúcia Camargo para fornecer um precioso panorama do retorno das revistas de poesia brasileiras nos anos 1990. Ela aborda três diferentes tipos de revista: aquelas ligadas ao âmbito institucional de circulação ampla (*Cult, Bravo!*), as de circulação menos abrangente (*Cadernos de Cultura Brasileira, Poesia Sempre*) e aquelas desvinculadas de produções nitidamente institucionais: *Azougue, Medusa e Inimigo Rumor*. Em todas essas tentativas, há o princípio de resistência à desvalorização do poeta na atualidade, percebendo-se grande vitalidade na produção e na publicação, que não se revelam necessariamente vinculadas ao usufruto mercadológico (Camargo, Maria Lúcia de Barros. “Plus élire que lire’. A poesia e suas revistas no final do século XX”. Em: Pedrosa, Célia & Camargo, Maria Lúcia de Barros (orgs.). *Poesia e contemporaneidade: leituras do presente*. Chapecó: Argos, 2001: 25-46).

caso da prosa, salvo aqueles escritores que são bem-sucedidos na pesquisa de uma linguagem literária sem perder os atrativos mercadológicos, a tendência ao hermetismo, mesmo com condições de publicação, está quase sempre fadada ao fracasso, tanto na venda quanto no próprio cânone⁶.

Precisamos, então, formular uma verdade dura e difícil de perceber, aceitar e pensar: o cânone atual, ao menos o da prosa, é mais dependente do mercado que de uma elite aristocrática. O maior exemplo disso é Paulo Coelho. Por mais resistência que haja a seu sucesso nos setores acadêmicos e intelectuais, ele hoje é mais canônico que Bernardo Carvalho, que já é consagrado, e infinitamente mais que Leonardo Fróes, Júlio Castagnon Guimarães, Cláudia Roquete-Pinto, Roland Polito etc., todos poetas de qualidade, mas conhecidos e integrados apenas por um meio que podemos entender como uma certa elite literária de relações de amizade, troca de in-

⁶ Harold Bloom, o mais famoso adversário dos estudos culturais, com suas ingênuas e lamentáveis convicções, pode ser posto em dúvida, se pensamos na relação entre os cânones brasileiro e mundial: “Toda originalidade literária forte se torna canônica” (Bloom, Harold. *O cânone ocidental. Os livros e a escola do tempo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995: 33). Ora, nunca ganhamos um prêmio Nobel, por exemplo. Bloom radicaliza vários dos grandes erros da visão canônica; confia demais em hierarquizações e as força com prazer: “Não há substituto para Shakespeare [...]. Nem Dante, como confessou James Joyce, tem a riqueza dele. [...] A multiplicidade de Shakespeare excede de muito a de Dante ou Chaucer” (: 59). Sua leitura do cânone como disputa edípica é muito interessante, mas seu ataque aos estudos atuais a enfraquece: “O exato motivo de estudantes de literatura se terem tornado cientistas políticos amadores, sociólogos desinformados, antropólogos incompetentes, filósofos medíocres e superdeterminados historiadores culturais, embora seja uma questão intrigante, não está além de toda conjectura. Eles se ressentem da literatura, ou se envergonham dela, ou simplesmente não gostam tanto assim da leitura. Atribui-se mais força e valor aos contextos, por mais escolhidos que sejam, do que ao poema de Milton, o romance de Dickens, ou *Macbeth*” (: 495). Bloom se mostra dicotômico, monumentalizando autores e obras, e não aceita o diálogo: “Ou existiram valores estéticos, ou existem apenas os superdeterminismos de raça, classe e gênero sexual” (: 495). Sua contribuição para a tentativa de definir o valor estético, todavia, deve ser levada em conta: “A liberdade para apreender valores estéticos pode surgir do conflito de classes, mas o valor não é idêntico à liberdade, mesmo que não possa ser alcançado sem essa apreensão. O valor estético é, por definição, engendrado por uma interação entre artistas, um influenciamento que é sempre uma interpretação” (: 31). É aqui que há novas chaves, psicológicas e políticas (esta dimensão é desprezada por Bloom), para entender a existência necessária de uma elite literária preocupada com o estético, ligada por relações de admiração, amizade, inimizade ou antagonismo pessoais e/ou profissionais entre cúmplices de geração ou entre gerações. Hoje, com o questionamento do cânone, essas relações, por vezes, parecem-me assustadoramente bárbaras, infantis e excludentes, assim como demasiadamente humanas – são as mesmas que constroem a “imortalidade”! Inevitáveis, não são diferentes no âmbito universitário, supostamente mais esclarecido.

formações e trabalho, porém, jamais elite econômica ou política, uma vez que formada por pessoas de condições relativamente modestas, que muitas vezes se deparam com terríveis dificuldades de venda, publicação e divulgação de seu trabalho.

Não se trata aqui sequer de uma elite propriamente cano- nizadora, pois, para alcançar a chamada imortalidade em casos como esse, o texto, além de possuir elaboração e inventividade, deve ainda contar com uma rara combinação de boas relações políticas, paciente persistência, aceitação da crítica e relativa aceitação do público, e isto se tiver conseguido chegar até ele. Essa elite faz parte da crítica, mas muito pouco dos poderes sociais, e está praticamente ausente da mídia. Se compararmos as dificuldades dessa “elite” com a facilidade dos *best-sellers*, concluiremos que a canonização de um best-seller de pequena qualidade é mais provável que a de um poeta de grande quali- dade literária. Não é impossível, portanto, que existam por aí, mais que em qualquer outra época da modernidade, excelentes obras esquecidas ou perdidas.

Por tudo isso, não há dúvida de que a literatura “camponesa, operária, étnica” está em uma situação ainda pior, dependendo em grande parte da boa vontade dos universitários ligados aos estudos pós-coloniais. Coutinho, talvez pelo espaço limitado de cada ensaio, parece equivocar-se ao igualar a elite literária e intelectual à elite dominante, esquecendo todo o papel da cultura de massas manipulada pela elite empresarial, esta sim poderosa (o livro não toca nessa questão), e sua oposição me- ramente mercadológica à literatura “cultivada”. Acerta, porém, quando indica o que a esforçada elite intelectual pode aprender com os estudos pós-coloniais. O esforço de Sísifo dessa pobre elite, nessa ótica, ainda é insuficiente. Talvez ela alimente seu próprio isolamento. O cerne da contradição está na própria diferença de classes. Mesmo que, rigorosamente, não seja a diferença entre classe dominante e classe dominada, trata-se da diferença entre *classe da cultura estatutária universitária e esclarecida* e *classe analfabeta ou semi-analfabeta*, ou, em noções marxistas, entre trabalho braçal e trabalho mental. Coutinho prova sua lucidez ao não ignorar esse aspecto: “Na América Latina, à diferença do contexto anglo-saxão, assume no pri- meiro plano a questão da classe social”*.

Justiça feita à pobre elite literária, não se pode esquecer que os estudos culturais propõem o questionamento dos cri-

* (Coutinho, Eduardo. *Lite- ratura comparada na Améri- ca Latina*. Ob. cit: 55).

térios do cânone e inclusive das noções de “indústria cultural” e “alienação”, levantadas pelo marxismo contemporâneo para revalorizar o papel de “alta cultura” da literatura modernista, de difícil fruição, em face da banalização da cultura de massas. Esse questionamento se liga à necessidade de ouvir o discurso do outro antes de tomá-lo como alienado, de acordo com os esforços de Foucault para dar a palavra aos presos na política penal.

Ainda que Adorno tenha valorizado a “cultura popular” (sua condenação do jazz se deu porque ele não o considerava popular), não considerava que ela tivesse forças para se contrapor à indústria cultural. Além disso, ele permanece bem distante de uma visão mais ampla das misturas culturais, das ambigüidades, dos atravessamentos e das indistinções entre alta e baixa culturas, entre o pop e o erudito. Não há dúvida de que a abertura dos estudos pós-coloniais diante da literatura oral, por exemplo, é um grande avanço na perspectiva aberta por Foucault e mais uma poderosa oposição dos estudos universitários ao discurso homogeneizante da indústria cultural, assim como um auxílio à análise de como ela elabora seus produtos. Nesse aspecto, esses estudos contribuem para o processo de emancipação não só das classes menos intelectualizadas, como também da própria elite intelectual, que passa a tomar consciência de seus limites socioculturais e relativiza sua posição de senhora do saber e do refinamento do prazer estético.

Experiência da teorização: necessidades, prazeres e abusos

Toda essa discussão deve ser feita segundo uma tentativa cada vez mais dialética de refinamento teórico e penetração na análise dos objetos. Coutinho permanece saudavelmente preocupado com a predominância do objeto sobre a teorização:

[...] chame-se atenção para a perspectiva acrítica com que continuam penetrando no meio acadêmico latino-americano as teorias provenientes de contextos primeiro-mundistas [...] e mencione-se a quantidade de cursos ou teses universitárias voltados quase exclusivamente para uma discussão teórica distanciada de qualquer *corpus* de textos, sejam eles literários ou não. Nesse caso, a teoria parece ter perdido seu sentido originário de “contemplação, olhar, reflexão”, presente no termo grego de onde provém, e ter-se tornado mera abstração.*

* (118-9).

Essa reclamação decorre da denúncia de usos infelizes da migração de teorias primeiro-mundistas para as universidades latino-americanas. Coutinho pensa que essa migração só é válida se for adequada ao contexto dos objetos e suas respectivas questões locais, garantindo, assim, sua pertinência e singularidade. Embora seja um importante alerta, o livro talvez não tenha observado outro problema, a saber, a necessidade de que as teses universitárias no Brasil sejam especificamente teóricas, justamente para procurar introduzir suas próprias questões *independentemente de seus objetos*, pois é aí que a teorização brasileira (ou latino-americana), a meu ver, realmente adquirirá a tão desejada independência, que ela ainda não tem, por maiores que tenham sido os esforços feitos até o presente momento. Há aqui, provavelmente, falta de investimento propriamente filosófico na teoria da literatura brasileira. Diante desse problema, Luiz Costa Lima é o mais engajado e o que possui o maior mérito. Depender de seus próprios objetos equivale a ficar preso em um postulado positivista ou historicizante duvidoso, cuja expressão quer que a teoria permaneça descritiva ou totalmente presa a seu contexto⁷.

Difícilmente encontramos defesa mais perspicaz da teorização nos estudos culturais do que a de Leela Gandhi. Ela responde às críticas de Dirlik e Ahmad de que os intelectuais dos estudos culturais são contraditórios ao defender a minoria, tornando-se uma elite universitária aceita no primeiro mundo e que goza de um debate teórico muito distante da opressão efetiva dos que não têm voz e são por eles representados. A própria introdução de disciplinas classificadas como Estudos Pós-Coloniais seria sobretudo uma crítica da cultura simultaneamente progressiva e cooptada⁸. Talvez em reação a esse impasse referido à fetichização da autoridade intelectual, Chabran tenha proposto a primazia da experiência sobre a teoria.*

* (: 60).

⁷ Coutinho evita esse erro ao insistir na colaboração entre teoria e literatura comparada: “Ao contrário do que se poderia supor, a Literatura Comparada e a Teoria Literária não se antagonizam em momento algum; antes se complementam, e não podem prescindir uma da outra” (: 18).

⁸ O cerne da aporia está condensado na precisa formulação dessa questão: “É possível disseminar saberes marginalizados sem monumentalizar a(s) condição(ões) de marginalidade?” (Gandhi, Leela. *Postcolonial theory: a critical introduction*. New York: Columbia University Press, 1998: 59).

A crítica é poderosa e arguta, mas pode ter contribuído para diminuir a importância da própria experiência de teorização, ou seja, do que há de melhor no debate e na criação intelectual*. Há íntima relação ética e estética entre a qualidade da reflexão, o cuidado com sutilezas dialéticas ou desconstrutivas, e as complexidades da construção conceitual e a abordagem da realidade social e histórica, de um lado, e o real inacessível, do outro. Além disso, se a introdução desses estudos na universidade sempre se depara com a terrível contradição – à qual devemos ser sensíveis – de não contribuir *imediatamente* para a luta contra as formas de domínio, controle e opressão, não se pode diminuir a força concreta que tal introdução oferece. As ONGs sofrem do mesmo problema, mas não têm tanta condição de questionar essas aporias, como o melhor da universidade proporciona. A própria resistência abertamente política, independentemente dos abusos problemáticos internos provocados pelos estudos culturais, é um indício de sua validade. A conquista desse espaço é, em princípio, positiva e deve ser amadurecida nas universidades com o desdobramento das discussões.

Conclusão

É preciso observar criticamente a valoração literária, entendendo-a como parte de condições sócio-histórico-culturais de uma elite específica, a fim de que ela se torne menos excludente e politicamente influenciada do que inevitavelmente é. Além disso, os próprios esforços da teoria para lidar com seus impasses mais graves e suas experiências mais intrínsecas devem ser praticados, promovidos e estimulados. Nessa direção, o livro de Eduardo Coutinho fornece preciosa colaboração a tais esforços, uma vez que a ênfase na singularidade do processo inventivo latino-americano e nos novos horizontes dos estudos literários é um das mais importantes contribuições feitas aos recentes desafios dos estudos literários.

Eduardo Guerreiro Brito Losso

Doutorando em Ciência da Literatura da UFRJ, com bolsa-sanduíche na Universidade de Leipzig, onde estuda a relação entre estética, filosofia e teologia na obra de Theodor Adorno. Editor da revista virtual *Garrafa*, do departamento de Ciência da Literatura da UFRJ, e da revista *.doc*.

Resumo

O artigo discute questões importantes para a crítica e para a teoria da literatura, levantadas por Eduardo Coutinho em livro recente, entre as quais a “maioridade” da teoria na América Latina, a inalterável necessidade do valor estético na discussão acerca dos estudos culturais, a abordagem da “pobre elite literária” e a relação entre o marxismo (Adorno) e os estudos pós-coloniais.

Abstract

The article discusses important questions of literary criticism and theory stemming from a new book of Eduardo Coutinho: the problem of the “majority” of theory in Latin America, the unalterable necessity of esthetic values within the discussion around cultural studies, observations about “the poor literary elite”, and the relationship between marxism (Adorno) and post-Colonial studies.

Resumén

El artículo trata sobre algunas cuestiones importantes para la crítica y la teoría literaria, presentadas a partir del libro noveno de Eduardo Coutinho: el problema de la “mayoría de edad” en la teoría de América latina, la ineludible necesidad de valor estético ausente en la discusión de los estudios culturales, la temática de la “pobre elite literaria”, y la relación entre el marxismo (Adorno) y los estudios poscoloniales.

Palavras-chave

América Latina, estudos culturais, crítica

Key words

Latin America, Cultural Studies, criticism

Palabras-clave

América Latina, estudios culturales, crítica

Recebido em

13/04/2005

Aprovado em

20/06/2005